

Objetivo 4: Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

Caracterização

O Eixo Estratégico do PPA 2016-2019 “Brasil, Pátria Educadora” sugere que o acesso a uma educação de qualidade será fundamental para garantir a cidadania e ampliar as capacidades da população. Assim, para o meio rural, destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, que tem por objetivo oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento; melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

O público beneficiário são as famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), os alunos de curso de especialização promovidos pelo INCRA, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias e demais famílias cadastradas pelo INCRA.

Os cursos implantados são de todos os níveis, ou seja, alfabetização e escolarização de Jovens e Adultos (EJA), Formação profissional de nível médio e superior; capacitação de educadores, cursos de licenciaturas e bacharelados, produção de material de educação do campo, realização de pesquisas, seminário e debates sobre a Educação do Campo. Desta forma, o PRONERA tem como parceiros: 1) Instituições de Ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas sem fins lucrativos e 2) Movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário.

O Programa se consolidou após a realização de dois grandes encontros: I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, e a I Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada em 1998. Em seus 17 anos de existência o PRONERA vem assegurando o direito à educação escolar para jovens e adultos do campo. Esses jovens e adultos, por diversos motivos, dentre eles a completa ausência de políticas públicas de Estado, não conseguiram ter o direito à educação respeitado ao longo de suas vidas.

Em 2015, o Relatório Final da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária (II PNERA), realizada conjuntamente entre o INCRA, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo (ligada à UNESP), concluiu que no período de 1998 a 2011 foram realizados 320 cursos do PRONERA por meio de 82 instituições de ensino em todo o País, sendo 167 de Educação de Jovens e Adultos Fundamental, 99 de nível Médio e 54 de nível Superior. Os 320 cursos foram realizados em 880 municípios, em todas as unidades da federação.

A experiência exitosa desse Programa estimulou o debate acerca do direito à educação dos povos do campo em outras esferas públicas, especialmente àquelas responsáveis pela normatização da educação nacional, como é o caso do Conselho Nacional de Educação - CNE, que em 03 de abril de 2002 aprovou na Câmara de Educação Básica - CEB, a Resolução CNE/CEB n.º 01/2002, por meio da qual instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, um importante instrumento de orientação para as políticas de Educação do Campo a serem desenvolvidas pelos sistemas de ensino, além da Resolução que reconhece a Pedagogia da Alternância e os tempos educativos nas comunidades como efetivos

tempos escolares.

A Metodologia dos cursos do PRONERA está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e compreende alternância regular de períodos de estudos Tempo Escola e Tempo Comunidade, que considera o contexto socioambiental e a diversidade cultural do campo, em todos os estados do território nacional, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão

Conforme a II PNERA, outra influência importante do Programa foi a constituição de uma rede nacional para realização de cursos - desde a alfabetização ao nível superior - criados para os territórios da reforma agrária. A construção dessa rede tem um precedente inegável: a luta pela terra.

A Educação do campo nasceu dessa luta, quando os movimentos camponeses ocupam terra para pressionar a realização da reforma agrária. As lutas pela terra e pela reforma agrária se concretizam na conquista de uma fração do território: o assentamento. Foi a criação deste espaço em todo o país que gerou as condições para a formação de uma rede que reuniu movimentos, universidades e diversas outras instituições de ensino. A rede aconteceu porque, de um lado, os cursos do PRONERA intensificaram as relações entre os movimentos e as instituições de ensino e, de outro lado, os movimentos ampliaram suas ações junto às instituições de ensino, que por sua vez apresentaram maior número propostas de cursos ao PRONERA. Isto é, o PRONERA contribuiu para a abrir as portas das instituições de ensino com a criação de cursos como uma política afirmativa para o desenvolvimento dos territórios camponeses. A natureza das instituições de ensino estão apresentadas na tabela a seguir:

GRÁFICO 3.4.4 – NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E NÚMERO DE CURSOS - 1998-2011

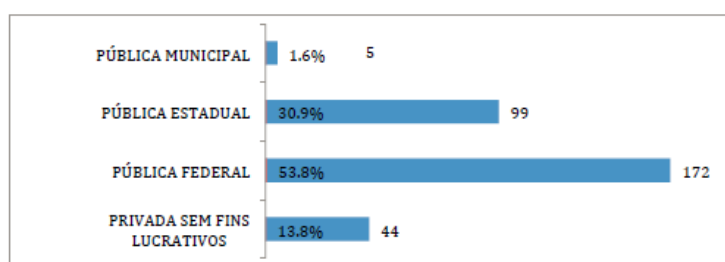


TABELA 3.4.2 – PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUE REALIZARAM CURSOS DO PRONERA E EDUCANDOS MATRICULADOS – 1998-2011

Região	%Famílias assentadas	%Instituições de ensino	%cursos	%Educandos matriculados
N	44,0	21	28,8	27,5
NE	33,4	32	35,3	31,8
C-O	14,0	11	7,2	19,5
SE	4,8	19	11,9	13,3
S	3,8	17	16,9	7,9
BRASIL	100	100	100	100

Como pode ser observado na tabela acima, as regiões Norte e Nordeste têm 77,4% das famílias assentadas, onde estão 53% das instituições de ensino que ofereceram 64,1% dos cursos para 59,3% dos educandos. Os cursos realizados nas regiões Sudeste e Sul também recebem educandos das regiões Norte e Nordeste e da região Centro-Oeste. Embora nas regiões Sul e Sudeste estejam apenas 8,6% das famílias assentadas, mas têm 36% do número de instituições que realizaram 28,8% dos cursos com 21,2% dos educandos. O Centro-Oeste tem 14% das famílias assentadas, 11% das instituições de ensino e 7,2% dos cursos com 19,5% dos alunos.

Nos eventos que anteciparam a criação do PRONERA, em 1997 e 1998, uma das principais preocupações dos atores envolvidos – movimentos sociais e sindicais do campo, universidades e intelectuais, referia-se à necessidade de assegurar que todos os camponeses, crianças, jovens e adultos, tivessem acesso à educação e à educação em todos os níveis, articulada com as necessidades dos assentamentos e a necessidade de desenvolver os conhecimentos necessário ao seu pleno desenvolvimento econômico, humano e social.

O problema educacional do campo, no Brasil, exige hoje uma política pública ousada e inovadora iniciativa, a exemplo do PRONERA. Desta experiência, várias outras surgiram como o Programa Saberes da Terra e o Procampo – Licenciaturas em Educação do Campo.

Diversas articulações são realizadas para a melhoria da Educação do Campo nas áreas de Reforma Agrária. Com o MEC e outras instituições governamentais, objetiva-se o atendimento dos assentados da reforma agrária no PRONATEC, escolas rurais, transporte escolar aos professores e educandos dos cursos de alfabetização/escolarização e demais políticas públicas de Educação do Campo. Com o CNPq e IPEA foram realizadas parcerias e promoção de cursos, pesquisas, seminários e atividades relacionadas à Educação do Campo.

Mas a Educação do Campo não contempla só o espaço da Escola nos Assentamentos da Reforma Agrária. Abrange outras ações fundamentais, tendo o INCRA como o principal interlocutor. Assim, são desenvolvidas articulações interinstitucionais com objetivo de proporcionar o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer para o público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

O acesso à cultura, ao esporte e ao lazer é constitutivo da cidadania. Estes temas com as devidas interfaces ambiental e educacional adquirem uma dimensão estratégica dentro de uma concepção de desenvolvimento, haja vista a nova configuração das ruralidades no Brasil.

Neste sentido é possível identificar diversas iniciativas positivas nos assentamentos, focadas na ação cultural e no acesso às políticas públicas de cultura que propiciam novas perspectivas de coesão social, oportunidades para a juventude, geração de renda, afirmação da identidade e visibilidade da reforma agrária.

O Grupo de Trabalho Permanente de Arte e Cultura da Reforma Agrária – GT PACRA, por exemplo, é uma experiência pioneira de fomento, difusão e fortalecimento dos processos de arte e cultura nos assentamentos, iniciada a partir de 2003. O Projeto surgiu do interesse de conhecer e mapear o universo cultural das comunidades assentadas e de construir com seus sujeitos novas formas de diálogos, possibilitando a afirmação da potência e da pluralidade do modo de vida dos assentados(as) especialmente da juventude. Inicialmente surgiu no Estado do Ceará, mas já se ampliou para outros estados.

Novas dinâmicas culturais foram criadas com o funcionamento das Casas de Cultura Comunitária, exibição de filmes, realização de mostras e festival. São inúmeros grupos com uma diversidade criativa desenvolvendo atividades no campo da cultura popular, teatro, dança e audiovisual. A partir da experiência do Ceará, o INCRA criou o GT Nacional de Cultura, com a missão de estruturar essa iniciativa em âmbito nacional.

Quanto ao acesso ao esporte, lazer e saúde também se faz necessário que se estabeleça um maior diálogo com os órgãos federais, estaduais e municipais para que planejem e promovam ações nesses aspectos, visando à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos da Reforma Agrária.

Desta forma, o PRONERA, por meio dos arranjos de sua gestão, pactuação com outros entes federados, entre Estado e sociedade, com as Instituições de Ensino e com a integração com

outras políticas públicas (de cultura, lazer, saúde e cidadania), tem contribuído e ampliado o debate sobre novas políticas e novas ações que possibilitaram o desenvolvimento rural sustentável dos Projetos de Assentamentos de todo o Brasil. O Programa alfabetizou, escolarizou e formou uma importante base técnica de nível fundamental, médio, superior e especialização, à altura dos grandes desafios da Reforma Agrária.

Ainda no âmbito das ações de educação no campo, foi criado em 2003 o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, ligado à Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, que tem como objetivo a inclusão social das comunidades rurais no mundo da leitura por meio da implantação de bibliotecas e formação de agentes de leitura, que de forma voluntária dedicam parte do seu tempo para realizar o empréstimo dos livros e estabelecer atividades de incentivo à leitura na comunidade.

O Programa já implantou mais de 10.000 bibliotecas rurais, distribuiu cerca de 02 milhões de livros, atendeu mais de 2.300 municípios, capacitou mais de 18.000 agentes de leitura. O Arca das Letras está presente em todas as unidades da federação, é executado por meio de parcerias governamentais, não governamentais e sociedade civil para a confecção do móvel arca, onde os livros são organizados, bem como para a aquisição do acervo bibliográfico.

O acervo é composto por cerca de 220 títulos entre literatura infantil, literatura para jovens e adultos, livros didáticos e de pesquisa, livros técnicos e especializados que versam sobre cidadania, meio ambiente, saúde, agricultura, receitas culinárias e outros temas de interesse da comunidade.

O conjunto destas ações voltadas para a construção da cidadania e o desenvolvimento humano nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária, especialmente por meio do acesso à educação (PRONERA), à cultura, saúde, cidadania, esporte e lazer, promovem a inclusão produtiva, geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários/as da Reforma Agrária, dentro do lema do novo PPA de 2016-2019, “Brasil, Pátria Educadora”.